



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Instituto de História.

**Programa de Pós-graduação
em História Comparada.**

**Anais
XII Simpósio
de
História Comparada**

Realizado em 2017



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**
UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de História
Programa de Pós-graduação em História Comparada

Anais do XII Simpósio de História Comparada

Rio de Janeiro
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE HISTÓRIA – IH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA – PPGHC

Programa de Pós-graduação em História Comparada:

Fábio de Souza Lessa (coordenador)
Victor Andrade de Melo (vice-coordenador)
Andréa Ferreira Guimarães (secretária)
Ellen da Costa Guedes (secretária)

Comissão organizadora do XII Simpósio de História Comparada:

André Rocha de Oliveira
Avelina Addor
Danielle Mendes da Costa
Emanoel Campos Filho
Flávio José de Moraes Júnior
Guilherme Marinho Nunes
Josefa Jandira Neto Ferreira Dias
Juliana Batista Cavalcanti Miranda Tavares
Marcos André Pinto dos Ramos
Valquiria Cristina Rodrigues Velasco

Edição dos Anais do XII Simpósio de História Comparada:

André Rocha de Oliveira

Arte da capa:

Valquiria Cristina Rodrigues Velasco

Copyright © by
André Rocha de Oliveira (Ed.).

Direitos desta edição reservados ao

**Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC)
Instituto de História (IH)**

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Largo São Francisco de Paula, 01 – sala 311. Rio de Janeiro, RJ. CEP: 20051-070

Telefax: 00 55 21 2221-4049

E-mail: hcomparada@gmail.com | website: <http://ppghc.historia.ufrj.br>

OLIVEIRA, André Rocha de (Ed.)

Anais do XII Simpósio de História Comparada / André Rocha de Oliveira (editor)

Rio de Janeiro: PPGHC, 2018

Bibliografia:

ISBN: 978-85-62394-02-7

1. História Comparada 2. Programa de Pós-Graduação em História Comparada 3. Instituto de História

SUMÁRIO

Apresentação	6
Programação do XII Simpósio de História Comparada	8
Uma análise comparativa dos operários do terror no Cinema (2005-2013) Andrey Augusto Ribeiro dos Santos	15
Formação do Comando Vermelho, UPP's e Milícias Avelina Addor	30
Apropriação de romances-folhetins góticos franceses no Rio de Janeiro (1840-1860): uma análise comparativa entre <i>O Judeu Errante</i> e <i>A Mulher Imortal</i> Danielle Christine Othon Lacerda	45
A resistência negra contra a escravidão a partir da afirmação dos valores civilizatórios africanos. O diálogo entre saberes tradicionais africanos e ameríndios a partir da natureza Emanoel Campos Filho	60
Eros Volusia e Helenita Sá Earp: a dança inserida no projeto Estado-Novista Fabiana Pereira do Amaral	74
História Comparada das manifestações de rua no Rio de Janeiro: 2013 e 2015 Flávio José de Moraes Júnior	85
Caminhos pela Liberdade Religiosa Ivanir dos Santos	98
A dualidade e a manipulação do conceito de terrorismo: das remotas origens etimológicas ao 11 de setembro Juan Filipe Loureiro Magalhães	113
O projeto “monacato em movimento”: um estudo comparado das hagiografias dos reinos romano-germânicos (século VII) Juliana Salgado Raffaeli	128
A construção da nação portuguesa nos jornais A Bola e Record durante as copas do mundo de 1966 e 2006 Leonardo Queiroz Guarinello	140
O mundo mediterrâneo dos Ultras: graffiti e expressões torcedoras Luã Araújo Reis	154
Vocabulário Político e Diplomacia: política internacional dos governos de Muammar Al-Gadafi e Ronald Reagan (1981-1990) Luana Souza da Silva	165

A Política Externa Estadunidense para a Desestabilização das Relações Internacionais no Oriente Médio	
Lucas Buzinaro dos Santos	175
Um bairro em dois tempos: o impacto da presença e ausência da Presidência da República no bairro do Catete-RJ	
Marcus Vinícius Macri Rodrigues	190
A Escrita da História da África Negra	
Mariana Gino	204
Resistência e sabotagem: os serviços secretos norte-americano e britânico na II Guerra Mundial	
Raquel Anne Lima de Assis	220
As políticas de intercâmbio cultural estadunidense e soviética através de Érico Veríssimo e Graciliano Ramos (1941/1954)	
Talita Emily Fontes da Silva	236
Um olhar sobre o conceito de territorialidade e expansão do “Axé” como forma de resistência à repressão religiosa no Rio de Janeiro da Bela Époque	
Valquiria Cristina Rodrigues Velasco	251

A dualidade e a manipulação do conceito de terrorismo: das remotas origens etimológicas ao 11 de setembro.

Juan Filipe Loureiro Magalhães¹

De tempos em tempos, o mundo ocidental se vê perplexo com os eventos espetaculares de violência ocorridos em suas principais cidades, denominados pelos oligopólios de comunicação de massa e por representantes dos Estados como ações de terrorismo. Para além da óbvia necessidade de lamentação e de indignação pela morte de centenas de vidas devido à escalada da violência, seria indispensável uma análise estruturada objetivando uma melhor compreensão do fenômeno e do motivo real de sua ocorrência. Uma simplória análise bibliográfica evidencia não estamos lidando com um tema simples em que uma determinada possibilidade de resposta encerre a questão de forma definitiva. Distintos intelectuais tentaram teorizar sobre esse fenômeno, seja na história, nas relações internacionais, na geografia e nas ciências políticas, mas nenhum esgotou definitivamente a questão.

A tarefa de refletir acerca do significado do terrorismo no mundo político contemporâneo necessita lidar primeiramente com o problema da definição de terrorismo. Uma das principais controvérsias a respeito do tema é a dificuldade de consenso quanto a caracterização do fenômeno. Diversos autores debruçam-se sobre o assunto e chegaram a conclusões tão variadas que se contradizem entre si.²

Ao pensarmos em terrorismo, imediatamente temos em mente uma determinada concepção que pressupõe sua ocorrência como um fim em si mesmo. Isto é, o compreendemos como a imposição do terror por parte de grupos e ou indivíduos fundamentalistas que promovem verdadeiras barbáries em ações de violência muitas vezes espetaculares que beiram o abismo do inacreditável. Isso gera imediatamente uma comoção pelo sofrimento das vítimas, um sentimento de insegurança e, principalmente, de revolta. Dessa forma, inicia-se uma busca aos culpados, custe o que custar. Mas será que a concepção de que o mundo ocidental liberal democrático é vítima de extremistas políticos e/ou religiosos esgota realmente esta questão? Essa não seria apenas uma das possibilidades de respostas e a adoção da mesma como uma verdade absoluta não limitaria a percepção do

¹ Mestre em História Comparada pela UFRJ e estudioso do tema terrorismo.

²SCHITTINO, Renata Torres. **Terrorismo**: a violência política como espetáculo. 2004. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro. p. 12.

problema? Para uma compreensão mais abrangente do objeto, que saia da limitação imposta muitas vezes pelos próprios especialistas, se faz imprescindível uma atividade ainda não executada de maneira completa pela bibliografia que versa sobre o tema, ou seja, um estudo sobre o significado do conceito de terrorismo ao longo dos últimos séculos. Este esforço possibilita a percepção sobre a definição do que é ou não considerado terrorismo não tem absolutamente nenhum critério técnico. Não existe nenhum documento que especifique os tipos de ações, o quantum de violência pode enquadrado dentro da ótica do terrorismo, fazendo com que a classificação permeie a esfera da subjetividade. *A recente profusão de artigos e estudos sobre o tema não parece ter resultado numa maior facilidade de diálogo-científico e político-, intra ou interdisciplinar sobre este fenômeno pois o intelectual tem refletido pouco sobre o caráter político e ideológico de seus próprios conceitos e estudos.*³ A ideia de sujeito perpetrador da ação e os interesses políticos e ideológicos em qualificar ou desqualificar tais ações são os únicos critérios determinantes nesta percepção. Neste sentido este texto busca analisar, sem pretensão de esgotar, as fontes e bibliografias que de certa forma contribuem na formação do conceito, desde a origem etimológica da palavra até os eventos do 11 de setembro de 2001, perpassando por alguns eventos considerados terroristas porém trazendo uma interpretação alternativa.

Historicidade do conceito de terrorismo

A palavra terrorismo origina-se do radical terror, do latim *terrere*, que significa “fazer tremer, algo que causa medo extremo ou intenso”.⁴ Sua emergência é secular, podendo ser identificada em inúmeras manifestações discursivas de diferentes naturezas, em diversos períodos históricos. A manifestação do termo é, então, bastante antiga quanto à história da humanidade, dado seu caráter amplo e difundido, podendo significar medo de qualquer natureza. A primeira vez que o termo terrorismo foi realmente utilizado se deu somente entre 1355 e 1356 com o monge Bersuire na língua francesa. Sua significação original era: “medo ou ansiedade extrema geralmente correspondente a uma ameaça vagamente percebida, pouco familiar e largamente imprevisível”.⁵ Os apontamentos bibliográficos demonstram que as palavras terror ou terrorismo, seja na idade antiga ou

³ SEIXAS, Eunice Castro. Terrorismos: uma exploração conceitual. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, p. 9-26, 2008. p. 9. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/250987829_Terrorismos_uma_exploracao_conceitual>.

⁴ Cf. <<https://pt.glosbe.com/pt/la/terror>>.

⁵ GUILLAUME, Gilbert. **Terrorisme et droit international**. Boston: Hague Academy of International Law, 1989. v. 215, p. 296.

mesmo na idade média, expressam de forma vaga seu significado. A interpretação se limita a qualquer viés que traga alguma aproximação com a ideia de medo, pânico ou terror de forma bem genérica. O que distingue o significado mais antigo com o mais moderno é justamente a emergência do aspecto político, inexistente até Nicolau Maquiavel.

Em sua obra intitulada **O príncipe**, o autor aborda a legitimidade de Lorenzo de Médici para assumir o trono e lhe escreve um manual que objetiva conduzir suas ações de forma a se perpetuar no poder. Há uma propagação de uma concepção moral de prevalência da astúcia, em detrimento da ética na qual ser humano, ao ser dono de sua vontade, devia impor seus desígnios. A imposição do medo seria a principal forma para garantir a manutenção do poder pelo príncipe. Nesse aspecto, fica implícita a ideia do terror que emana do Estado sobre os súditos para garantir a governança daquele.

O ideal é ser as duas coisas, mas como é difícil reunir as duas coisas, é muito mais seguro - quando uma delas tiver que faltar - ser temido do que amado. Porque, dos homens em geral, se pode dizer o seguinte: que são ingratos, volúveis, fingidos e dissimulados, fugidios ao perigo, ávidos do ganho.... Os homens sentem menos inibição em ofender alguém que se faça amar do que outro que se faça temer, porque a amizade implica um vínculo de obrigações, o qual, devido à maldade dos homens, em qualquer altura se rompe, conforme as conveniências. O temor, por seu turno, implica o medo de uma punição, que nunca mais se extingue. No entanto, o príncipe deve fazer-se temer, de modo que, senão conseguir obter a estima, também não concite o ódio.⁶

Depois de Maquiavel, a questão do medo ganhou contornos espetaculares com a obra de Thomas Hobbes (1651), que legitimou o poder absoluto e a coerção do Estado para garantir a ordem e a propriedade privada. O autor baseia sua filosofia política na necessidade irrefutável de explicar racionalmente o poder absolutista dos soberanos. Ainda que não tenha utilizado as expressões terror ou terrorismo, Hobbes complementa a ideia da necessidade de um governo central, em **O Leviatã**, que estaria acima das vontades e liberdades dos cidadãos, suprimindo as vontades individuais, uma vez que parte da premissa de que o homem em seu estado de natureza é ambicioso e egoísta. Tais adjetivos pautam o pensamento hobbesiano, para legitimar a necessidade de um poder central. Só dessa forma seria possível viver em uma sociedade na qual o contrato social proposto pudesse vigorar.

A Revolução francesa é marcante na ressignificação desses termos, uma vez que a partir desse contexto histórico adquirem um aspecto ainda específico. Especialmente em seu

⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Edição de Ridendo Castigat Mores. p. 86. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/principe.pdf>>.

período mais radical, quando jacobinos estabeleceram o Reino, entre 1793 e 1794, temos uma importante alteração, no que se refere ao significado expresso na palavra terror. Nesse sentido, o autor Jacques Guilhaumou, em sua obra: *La terreur à l'ordre du jour* »: un parcours en révolution (1793-1794), utiliza diversos discursos a fim de esclarecer essa correlação léxico-semântica. Entre os vários discursos abordados no texto, há o de Robespierre, afirmando que: “Que le glaive de la loi plane avec une rapidité terrible sur la tête des conspirateurs, inspire la terreur à tous les ennemis de la patrie”⁷ (Que a espada da lei plane com velocidade incrível sobre a cabeça dos conspiradores... inspirando terror nos inimigos da pátria), que merece um especial destaque.

Se em Maquiavel e em Hobbes o terror era imposto sempre do poder estabelecido sobre seu povo, quando é melhor para o príncipe ser temido do que ser amado ou através do Leviatã que se impõe, nessa nova relação semântica, terror seria o medo que as camadas populares provocam nos governantes com sua ira revolucionária, ou seja, aterrorizando as lideranças do Estado, causando grande medo nos governos ilegítimos ou que não atendam aos anseios populares. A contribuição desse autor traz a máxima de que um governo, se ilegítimo ou que não represente os interesses das massas, pode ser aterrorizado pela sua população.

No ano de 1848, as diversas correntes políticas que emergiam no continente europeu se revelaram engajadas no processo de derrubada do regime monárquico. Além disso, entre os anos que antecederam 1848, uma forte crise econômica gerada por conta de colheitas mal sucedidas na Europa ocasionou um aumento considerável no preço dos alimentos. Ao mesmo tempo, era cada vez decrescente o consumo de produtos industrializados, acarretando demissão de operários em grande escala nos centros urbanos. Em linhas gerais, a economia capitalista do continente europeu passava por um momento de forte recessão que foi terreno suscetível para explosões revolucionárias, que mais tarde foram chamadas de “Primavera dos Povos”. Os Estados monárquicos europeus, ineptos no que diz respeito à incorporação de transformações planejadas pelo princípio liberal e impossibilitados de conferir a inserção dos grupos sociais irrompidos a partir das mudanças ocasionadas pelo processo industrial que se expandia em ritmo acelerado, assistiram ao desenvolvimento de inúmeras demonstrações de insatisfação em relação à ordem vigente. A população europeia se mostrava descontente com o regime monárquico e reivindicava melhores condições de vida

⁷ GUILHAUMOU, Jacques. **A agenda do terror**: uma revolução em curso (1793-1794). UMR “TRIANGLE”, ENS-Lyon LSH, 2007. Tradução nossa.

e de trabalho. Para fomentar mais o movimento de contestação, nesse ano há a publicação do **Manifesto Comunista**, obra de Karl Marx e Fredrich Engels (1848), que defendia a aliança internacional dos trabalhadores. Na França, o teórico político Pierre Proudhon publica em 1840 a obra **O que é propriedade?** Lançam-se assim as bases da corrente política anarquista, responsabilizando não só o capitalismo, mas também o Estado por todas as mazelas sofridas pelos trabalhadores, acirrando ainda mais as contestações ao regime instaurado. Aderindo aos ideais expressos em ambas as correntes, muitas cidades europeias ficaram tomadas por barricadas de operários e trabalhadores que se espalhavam por diversos centros urbanos.

Porém, o surgimento da imprensa em larga escala no mesmo contexto, concorre com as atuações revolucionárias na formação de uma opinião pública. A ação de determinados segmentos do anarquismo, por exemplo, considerava o ideal de que seus atos se converteriam em propaganda em prol da causa do protesto público e da atuação direta de trabalhadores contra seus empregadores considerados exploradores. Os militantes mais radicais chegavam a explodir prédios ou edificações simbólicas e a atentar contra a vida de governantes.⁸ Havia a formação de um papel ambivalente da imprensa escrita nos EUA e na Europa na criação do temor aos anarquistas.⁹ Se de um lado efetivamente propagavam os ideais anarquistas como uma espécie de propaganda da causa, por outro depreciavam a imagem dos seus adeptos e construía o imaginário social de um perfil político do anarquista terrorista.

A Era do Terrorismo Anarquista coincidiu com o começo da era do Jornalismo de Massa. Na Grã-Bretanha, Estados Unidos e em todo o mundo ocidental, os anos 1880 testemunharam a emergência de um “novo jornalismo...com suas sensacionais manchetes em pesadas letras pretas, era menos interessado em limitar-se a uma simples linha política ou análises profundas e de longo alcance que produzir rapidamente notícias para consumo de massa e entretenimento”.¹⁰

As edições do jornal *New York Times* do ano de 1894 efetivamente exemplificam a alteração no ocidente quanto à ressignificação da expressão terrorismo. Ainda que as palavras se referissem à situação e não ao sujeito que praticava as ações, não deixam de ser

⁸ MONTEIRO, Fabricio Pinto. O anarquista terrorista na imprensa escrita no século XIX. **Revista Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 202-222, ago./dez. 2009. p. 204.

⁹ CAHM, C. Propaganda by deed: the development of the idea. In: _____. **Kropotkin and the rise of revolutionary anarchism: 1872-1886**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p.76-91; MAITRON, J. **Ravachol y los anarquistas**. Madrid: Huerga y Fierro, 2003. p. 18.

¹⁰ JENSEN, R. Daggers, rifles and dynamite: anarchist terrorism in nineteenth century Europe. **Terrorism and Political Violence**, Oxford, v. 16, n. 1, p. 116-153, 2004. p. 140.

exemplos de um uso mais raro até então. Todavia, é importante enfatizar que dificilmente existirá uma fonte que carregue uma virada clara e nítida como conceito e compreensões sociais. Se na época da revolução francesa tínhamos a expressão terrorista representando ação revolucionária e violenta do povo contra o seu governo de maneira justa e legítima, alguns editoriais relevantes comprovam que a imprensa escrita, embora não possamos afirmar com certeza que cria, no mínimo, consolida, na Europa Ocidental e nos EUA, um novo significado para a palavra terrorista, vinculando-a ao sentido de um indivíduo ou grupo que dissemina o medo através de assassinatos, atentados aparentemente “frios”, “imorais” e de difícil compreensão em seus métodos e motivações sob o ponto de vista da imprensa, governo e burguesia do período. O fardo negativo da expressão é atribuído aos indivíduos que lutam contra o Estado, principalmente aos seus opositores mais radicais, nesse sentido, aos anarquistas inicialmente e posteriormente aos marxistas.

É nesse contexto que temos a formação de duas vertentes discursivas sobre o terrorismo, às qual a bibliografia que versa sobre o tema deveria se atentar, antes de tentar estabelecer uma definição conceitual para o termo. O que é visto como terrorismo pelas forças conservadoras e discursos hegemônicos do poder institucionalizado, é visto como revolução ou resistência pelas forças marginais dissidentes. Essas últimas, muitas vezes, vêem o terror nas próprias ações estatais violentas. Tanto anarquistas, quanto marxistas formam a partir daí uma resistência ao discurso hegemônico estadocêntrico. Ainda que haja consideráveis diferenças entre ambos, e entre as próprias correntes e derivações dentro de cada uma destas teorias, podemos afirmar que os dois grupos se recusam ao estigma terrorista imposto pelas forças hegemônicas, entendendo nas ações do Estado burguês o verdadeiro sentido do terror.

A expressão publicada na capa da edição de 21 de fevereiro de 1894 do *New York Times* foi: “Reign of terror in Paris” (Reinado do terror em Paris), com letras em caixa alta e em negrito, retrata uma explosão que havia ocorrido no dia anterior.¹¹ A reportagem direciona aos anarquistas a responsabilidade pelos crimes, ainda que não tenha havido prova concreta. As suspeitas atribuídas aos anarquistas evidenciam que em tal período a expressão terror já estava consolidada para justificar ações de grupos ou indivíduos e não mais ação de violência do Estado. Mais interessante ainda é a edição do mesmo jornal de 25 de junho de 1894 na qual o termo terrorismo já aparece para definir as ações anarquistas.¹² Na manchete

¹¹ *The New York Times*, Nova Iorque, 21 fev. 1894.

¹² *The New York Times*, Nova Iorque, 25 jun. 1894.

“Climax of a series of Crimes” (Climax de uma série de Crimes) não fica explícita a ideia de ato político ou revolucionário. São retratados como crimes comuns, excluindo qualquer motivação política da manchete. O subtítulo “France for over a year terrorized by anarchists” (França por mais de um ano aterrorizada por anarquistas) já expõe o significado dos atos, corroborando a afirmação do imaginário de que havia um indivíduo ou grupo terrorista. Ademais, a imprensa também ampliou, para além das veridicidades dos fatos, a ideia de terror, compondo aos poucos o complexo jogo de significações. No emblemático caso do anarquista Ravachol fica explícita a atuação da imprensa na formação do imaginário social.¹³ “A primeira característica destacada pelos grandes jornais e a frieza, a aparente carência de valores morais”.¹⁴

Além da difusão das notícias dos atentados, a imprensa também foi fundamental no jogo das significações simbólicas que envolviam os ataques anarquistas. Para que a dinamite, o punhal ou o revólver se convertessem em armas revolucionárias elas não deviam ter como alvos indivíduos específicos, mas todo aquele que ocupasse ou reocupasse posições e papéis sociais que simbolizassem a exploração de classe e o poder estatal.¹⁵

Diferentemente do perigo anarquista que se desenhava na imprensa escrita do período, não havia uma organização prévia de anarquistas em redes revolucionárias como havia sido propagado. Houve, sim, uma importante rede de solidariedade entre indivíduos com fortes sentimentos de identidade entre si, que acabavam um sucedendo ao outro, frente a queda do companheiro anterior.

(...) a construção de uma “Internacional Negra” terrorista, ao que parece, encaixou-se muito bem no imaginário social de governantes, imprensa e parte da população dos países ocidentais da época, mesmo que baseada em “comprovações” tênues... O mito conspiratório da “Internacional Negra” terrorista foi tão forte e “real” que motivou ações efetivas dos governos, como a criação de diversas leis anti-anarquistas e de uma grande “Conferência Internacional Anti-Anarquista”, realizada em Roma, 1898.¹⁶

Em oposição à ideia construída do anarquista desumano e cruel, temos uma interpretação alternativa dos atos. Os discursos dos próprios anarquistas mostram a

¹³ Ravachol foi o anarquista responsável pela explosão do segundo andar de um edifício na Rua Clichy número 30 em Paris no dia 27 de março de 1892, tendo como alvo o promotor de justiça Bulot, que havia participado do julgamento que havia condenado dois anarquistas por participação nas manifestações de 1 de maio de 1891. O promotor conseguiu escapar ileso.

¹⁴ MONTEIRO, 2009, p. 204.

¹⁵ Cf. LAY, Howard G. “Beau Geste!”: On the readability of terrorism. *Yale French Studies*, New Haven, n. 101, p. 79-100, 2001.

¹⁶ MONTEIRO, op. cit., p. 212.

convicção do que é certo em prol da causa revolucionária, de forma que todas as ações possuem como objetivo final a causa nobre da revolução, que pretende melhorar a vida de toda a população, acabando com a opressão dos governos sobre o povo. Dessa forma, as ações que foram interpretadas pela imprensa e por governos como terrorismo não são percebidas da mesma maneira por todos os membros da sociedade, como entre os próprios anarquistas e seus simpatizantes, por exemplo. As palavras de Ravachol ainda na cadeira elétrica mostram claramente a convicção da necessidade de propagação da causa anarquista.

Eu estou orgulhoso do que fiz. Você não irá tirar de mim uma única palavra de arrependimento. Se eu não tivesse sido preso iria continuar minhas explosões, sem poupar qualquer pessoa ligada à condenação de outros Anarquistas. Eu gostaria de ter explodido a Câmara dos Deputados por impor aos dinamitadores a pena de morte. Sem deixar nada impedindo o caminho da propaganda Anarquista.¹⁷

As grandes ações anarquistas ainda sobreviveriam mais alguns anos assim como a duplicidade das interpretações a respeito do fenômeno do terrorismo. Grandes ações orquestradas levaram à morte alguns importantes governantes como Antonio Cánovas, primeiro-ministro da Espanha, morto em 1897 e Sadi Carnot, presidente da França, morto em 1894. Em 1898 foi a vez de Isabel, Imperatriz da Áustria, e, em 1900, do rei Rei Humbert, da Itália. Em 1901 o então presidente dos EUA, William McKinley, considerado um símbolo da opressão pelos anarquistas principalmente após assumir o controle das Filipinas e de Porto Rico, acabou fatalmente ferido dentro do *Temple of Music* na Exposição Panamericana em Nova Iorque pelo anarquista Leon Czolgosz, que logo depois foi executado na cadeira elétrica. Após esse episódio, o Congresso encarregou oficialmente o Serviço Secreto da segurança presidencial dificultando outras ações de mesma magnitude. Com a crescente repressão imposta pelos governos, aliada à nova estratégia de aproximação dos sindicatos e trabalhadores, cessa a onda de atentados anarquistas na Europa e nos Estados Unidos.

É notória a percepção que este balanço histórico-bibliográfico remonta até aqui: seja na ótica maquiavélica-hobbesiana, seja na ótica liberal durante a revolução francesa, ser terrorista ou usar de métodos de terror era algo comprovadamente aceito. Em um primeiro momento Maquiavel assume a premissa da necessidade de governança pelo terror, em um contexto na qual o poder estabelecido eram as monarquias autoritárias do antigo regime, sendo legítimo um soberano usar-se destes instrumentos para preservar sua governança, da

¹⁷ AN anarchist's confession. **The New York Times**, Nova Iorque, 04 abr. 1892. p. 1.

mesma forma que Hobbes em no **Leviatã**. No segundo momento, quando temos a pressão das forças liberais disputando o poder contra a elite aristocrática das monarquias imperiais, tal qual na revolução francesa, o conceito de terrorismo ainda expressa um aspecto positivo, conforme evidenciam as referências bibliográficas citadas pelo discurso de Robespierre. Nesta percepção, tirar a vida de um inimigo da pátria possuía uma conotação moral positiva, ou seja, impor terror aos inimigos era algo não só aceitável como também honroso e digno.

Contudo, quando, no século XIX e início do século XX, as elites liberais já tinham assumido o poder em seus respectivos Estados nacionais, rapidamente tratam de inverter essa relação significativa, atribuindo o *status* de terrorista a indivíduos ou a grupos que almejassem contestar seu poder institucionalizado. Neste terceiro momento temos uma alteração do preceito moral na qual ser terrorista é além de crime, um ato bárbaro de indivíduos sem escrúpulos e ideal de humanidade. Trata-se de uma ressignificação altamente política, uma vez que a burguesia trata de criminalizar as mesmas ações na qual fez uso intensivo alguns séculos antes, quando lutava pela tomada do poder.

Já os revolucionários do século XIX, reconhecem-se como legítimos defensores do povo, engajados em proporcionar um bem comum, descaracterizando qualquer aspecto negativo de suas ações; isto é, não se sentem ou não se reconhecem como terroristas, aliás, a palavra sequer é mencionada nas fontes que advogam pela causa anarquista. Quando é mencionada, serve para caracterizar as ações dos Estados travando-se ainda que de forma assimétrica uma batalha pelo controle do conceito de terrorismo. Dessa forma torna-se evidente que cada grupo político usa do significado do conceito de acordo com seus interesses políticos e ideológicos. Inicia-se assim uma batalha conceitual pelo domínio político do termo.

No século XX, a explosão de trabalhos acadêmicos sobre as guerras mundiais, em sua grande maioria, não relaciona os eventos catastróficos das guerras e dos governos fascistas ao conceito de terrorismo. Ainda assim não podemos descartar que existem autores que trabalham com a noção de “terrorismo de Estado” que nada mais seria do que uma forma de identificar o terror perpetrado pelo poder estabelecido. Essa variação na nomenclatura na verdade deriva de uma relativa hegemonia liberal na batalha travada pelo poder de usufruir do conceito de terrorismo mais conveniente politicamente que pressupõe atribuir majoritariamente a ação aos eventos cometidos por pessoas ou grupos isoladamente, excluindo Estados dessa interpretação. A resposta de alguns intelectuais para relacionar Estado e sua atuação truculenta com seu povo ao fenômeno do terrorismo foi a criação da

derivação “terror de Estado” relacionando novamente o poder estabelecido às ações de barbárie. Essa nova derivação revisa alguns acontecimentos históricos cujos atores estatais estiveram diretamente atuantes na implementação de uma política de auto sustentação através da imposição do medo.

A multiplicidade do discurso sobre o conceito de terrorismo ganha novo vigor ao acompanharem as ações de cunho separatistas ocorridas principalmente na segunda metade do século passado, quando algumas vertentes do marxismo também adotam a estratégia dos anarquistas do século XIX. O grupo ETA (sigla em língua basca para a expressão Euzkadi Ta Azkatasuna, significando: Pátria Basca e Liberdade) busca autonomia e separação político-territorial da região situada no nordeste da Espanha e Sudoeste da França. Uma explosão de um depósito em Barcelona, em Junho de 1987 merece especial destaque.¹⁸ O noticiário que trata do assunto não veicula qualquer tipo de apoio popular ou mesmo de partidos políticos às ações do grupo. Tratam a notícia apenas pelo viés violento, descaracterizando as causas por trás das ações e mostrando uma Espanha unida contra esse tipo de terrorismo.¹⁹ Esta primeira vertente, que desvincula os atos de qualquer teoria social, tratando um tema de política como um tema de polícia, sempre destacando o individualismo do indivíduo ou do grupo, é a visão liberal clássica da definição de terrorismo. Contudo, essa visão não é universal: o mesmo jornal, ainda que em momentos distintos, publica duas visões completamente conflitantes entre si, no que se refere à caracterização do grupo e de suas verdadeiras motivações. Abaixo, encontramos na íntegra a segunda visão, mais atenta socialmente e menos reducionista na interpretação dos atos de violência:

Aunque ciertas interpretaciones están generalizadas entre la clase político-mediática e incluso son criterio de actuación judicial... que tanto Batasuna como ETA forman parte de una estructura organizativa conocida como Movimiento de Liberación Nacional Vasco (MLNV). Como es característico de la estructura organizativa de todo movimiento de liberación nacional, cuyo origen está en la experiencia revolucionaria que lideró Mao Zedong en China, forman parte de ella, en este caso del MLNV, un aparato armado (ETA), una dirección política, y una organización de masas (conocida, entre otras denominaciones, como Batasuna). Como también caracteriza a los movimientos de liberación nacionales, la estrategia que desarrolla el MLNV tiene una naturaleza político-militar, y los objetivos que persigue tienen un carácter revolucionario, no reformista. Además, la violencia que emplea no es la inevitable consecuencia de un conflicto nacional,

¹⁸ Ver imagem em: <<http://www.antiwarsongs.org/printpreview.php?id=7812&lang=enem> 23/08/2016>.

¹⁹ Cf. **El País**, Madri, 20 jun. 1987. Disponível em: <<http://elpais.com/hemeroteca/elpais/portadas/1987/06/20/>>.

tal y como su propaganda pretende hacer creer, sino la aplicación de la ideología revolucionaria de la que se nutre...²⁰

No Reino Unido, o grupo IRA (Irish Republican Army) arquitetava ações contra a Inglaterra sob motivação de minar sua interferência na Irlanda do Norte. Nesse sentido, duas fontes contribuem significativamente para nossa análise. A primeira seria a cobertura do jornal britânico *The Guardian* de uma manifestação popular por direitos civis ocorrida no dia 30 de janeiro de 1972 e com cobertura no dia seguinte pela imprensa.²¹ Neste primeiro episódio, o jornal cobre um grande protesto popular que lutava por direitos civis toma as ruas de Londonderry. Contudo, o ato termina em tragédia pela morte de 13 civis pelas forças militares além de 17 ficarem feridos a tiros com alguns em situações graves. De forma objetiva, não há nenhuma menção em toda a reportagem que trate o episódio como um ato terrorista. A edição do mesmo jornal, em 22 de julho de 1972, e sua cobertura das ações do IRA ocorridas no dia anterior mostra que a imprensa não trata atos similares com a mesma forma.²² Quando a notícia é a resposta violenta do grupo IRA, a cobertura os trata como um ato de terror e reproduz o discurso das autoridades políticas que prometem ações firmes contra os “terroristas”. Vale destacar que o número de mortos parece ser irrelevante na análise do termo. Em ambas as manchetes, o número de mortes é destacado: 13 vidas perdidas ações militares e 11 nas ações do IRA, mas apenas no segundo caso o jornal aponta como um evento terrorista. A noção de vidas humanas é irrelevante nessa conceituação, pois não determina o que é ou não terrorismo. A importância maior se dá a quem pratica os atos, uma vez que isso é determinante na abordagem do jornal britânico *The Guardian*, ao definir o que é ou não terrorismo, ou seja, trata-se de um critério político e não técnico.

As duas posições conflitantes também aparecem no contexto das ditaduras militares, mediante posicionamentos políticos. De um lado, alguns intelectuais atribuem o terrorismo à ação dos grupos que promovem a luta armada através das guerrilhas urbanas contra o poder estabelecido; de outro, são as próprias ditaduras militares que em suas ações de violência e tortura valem-se de medidas terroristas para combater opositores.

²⁰ Artigo publicado por Iñigo Bullain, professor de Direito Constitucional y Europeu da Universidade do País Vasco publicado no Jornal **El País**. Cf. BULLAIN, Iñigo. Tribuna: La estrategia de ETA. **El País**, Madri, 24 out. 2007. Disponível em: <http://elpais.com/diario/2007/10/24/paisvasco/1193254815_850215.html>.

²¹ Ver edição do **The Guardian** de 31 de Janeiro de 1972. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/theguardian/from-the-archive-blog/2011/jun/01/guardian190-bloody-sunday-1972>>.

²² Ver edição do **The Guardian** de 22 de julho de 1972. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/uk/1972/jul/22/northernireland.simonhoggart>>.

A memória foi o dever da Argentina posterior a ditadura militar e o é na maioria dos países da América Latina. O testemunho possibilitou a condenação do terrorismo de Estado; a ideia do “nunca mais” se sustenta no fato de que sabemos a que nos referimos quando desejamos que isso não se repita.²³

Assim, o uso da noção de trauma para descrever os eventos relacionados às ditaduras militares latino americanas deve ser cuidadoso... A Guerrilha do Araguaia foi censurada e as ações armadas urbanas eram vistas pela sociedade como terrorismo...²⁴

As duas visões mencionadas não encerram a questão. Outras possibilidades interpretativas são possíveis, conforme identifica Wallace Moraes. Ao abordar as interpretações acerca da ditadura militar no Brasil, o autor aponta o evento sob o ponto de vista do anarquismo, não limitando ao período entre 1964 até 1985. O autor demonstra que, do ponto de vista dos negros, indígenas, pobres, que não aceitam sem contestar imposições arbitrárias por parte do Estado, a ditadura nunca acabou. Essa interpretação defende que o terror perpetrado pelo Estado sobre a população mais resistente e vulnerável é tão intenso que pode ser considerado uma verdadeira ditadura.²⁵ Sendo assim, nessa interpretação, o terror imposto pelos governantes sobre os governados mais sensíveis e rebeldes é claramente definido como um terrorismo de Estado perpassando pelo século XX e adentrando o século XXI.

No início do século XXI, os EUA já havia superado as impugnações enfrentadas durante a Guerra Fria e estavam desfrutando de um vertiginoso crescimento de sua economia. Nesse período o mundo assistia o país consolidar a ampla plenitude de seu poder no primeiro lugar no *ranking* das potências mundiais. Foi nesse cenário de prosperidade que os EUA sofreram o maior ataque terrorista de sua história, do ponto de vista dos poderes hegemônicos. Na manhã de 11 de setembro de 2001, uma série de ataques aéreos em solo norte americano atingia os principais símbolos do país, entre os quais as torres gêmeas do World Trade Center, no coração de Nova York, que exprimiam o poder econômico, e o Pentágono, na capital Washington, que configurava o poderio militar. Via-se nesse momento surgimento da redefinição das relações sempre ríspidas entre o Ocidente e Oriente. Ainda que exista uma enormidade de teorias da conspiração que defendem a tese de que os ataques

²³ SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. p.20.

²⁴ FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis o caso brasileiro. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jun. 2012. p. 49-50.

²⁵ MORAES, Wallace dos Santos de. **A respeito do aniversário da ditadura civil-militar no Brasil – uma crítica anarquista**. Disponível em: <<http://www.otal.ifcs.ufrj.br/a-respeito-do-aniversario-da-ditadura-civil-militar-no-brasil-uma-critica-anarquista/>>.

foram orquestrados pelo próprio governo americano para justificar uma política imperialista e de militarização crescente, vamos nos ater às perspectivas árabes referentes aos eventos de 11 de setembro.²⁶ Alguns diários de notícias divulgaram a repercussão desses acontecimentos no Oriente Médio, ainda que a atenção dada à reação do mundo Árabe ao ataque às torres gêmeas tenha sido infinitamente menor do que ao evento propriamente dito. Essas reportagens enfatizaram, ainda que muitas em um tom de perplexidade, as reações de parcela da população árabe que efetivamente comemoravam os ataques ao World Trade Center e as baixas americanas, acabando por repercutir os acontecimentos mediante um viés não hegemônico. Dessa maneira, os eventos chamados de terroristas possuem um sentido completamente distinto para os palestinos. Fatores como a Guerra do Golfo de 1991 e o alinhamento frequente entre EUA e Israel, principalmente no que se refere à criação de assentamentos residenciais na Faixa de Gaza, tornaram-se exponenciais críticas que culminaram na grande impopularidade dos EUA na região. Dessa forma, os acontecimentos de 11 de setembro parecem possuir um significado diferente, quase positivo como um ato de resistência ao poder hegemônico dos EUA.²⁷

Conclusão

A ideia de terror é tão antiga quanto a história da humanidade, mas seu uso mais contundente se dá a partir de Hobbes e em Maquiavel na ideia de governança pelo medo. Contudo, é após a Revolução Francesa que se torna impossível tratar o tema de forma unipolar, ou seja, para cada evento classificado como terrorista, sempre existe uma versão alternativa, além da versão oficial entendida através de determinada estrutura de poder vigente, tornando incompleta qualquer manifestação que considere apenas o discurso hegemônico. O presente artigo buscou analisar a história do conceito de terrorismo, assim como suas mudanças semânticas do conceito mediante diferentes manifestações de discursos emanados por diferentes estruturas de poder através dos desdobramentos sociopolíticos, confirmando a existência de dois discursos distintos, sua evolução histórica e a natureza dos mesmos; um de matriz política hegemônica e outro, de matriz não institucionalizada e dissidente que se vinculam as correntes anarquistas e marxistas mais radicais.

²⁶ Ver edição do jornal **BBC Brasil**. Disponível em:

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/08/110829_11desetembro_teorias_cc.shtml>.

²⁷ Ver edição do jornal **Estadão**. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,palestinos-comemoram-nas-ruas,20010911p26580>>.

A dificuldade de se definir exatamente o que é terrorismo se dá, uma vez que o que realmente pauta a definição nesse âmbito não tem nada de objetivo. O terrorismo para o discurso hegemônico nas suas diversas possibilidades conceituais e interpretativas não tem nada a ver com o ato em si. Não importa o número de vidas perdidas para um ato ser considerado terrorista, pois não é isso que determina a sua classificação. A grande marca que efetivamente define se um atentado receberá ou não essa classificação são os aspectos ideológicos e políticos. Se houver interesse do Estado e da imprensa em desqualificar determinada ação, essa certamente será classificada com a nomenclatura. Não há relação com a ação que gera o terror e sim com o interesse de desqualificar o agente perpetrador. A conclusão é que não há nada de tangível tecnicamente que seja capaz de definir o que é terrorismo pois tal definição sempre é comprovadamente política e ideológica.

Referências bibliográficas

CAHM, C. Propaganda by deed: the development of the idea. In: _____. **Kropotkin and the rise of revolutionary anarchism: 1872-1886**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p.76-91; MAITRON, J. **Ravachol y los anarquistas**. Madrid: Huerga y Fierro, 2003.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis o caso brasileiro. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jun. 2012.

GUILLAUME, Gilbert. **Terrorisme et droit international**. Boston: Hague Academy of International Law, 1989. v. 215.

GUILHAUMOU, Jacques. **A agenda do terror: uma revolução em curso (1793- 1794)**. UMR “TRIANGLE”, ENS- Lyon LSH, 2007. Tradução nossa.

JENSEN, R. Daggers, rifles and dynamite: anarchist terrorism in nineteenth century Europe. **Terrorism and Political Violence**, Oxford, v. 16, n. 1, p. 116-153, 2004.

L'ARRESTATION de Revachol. **Le Petit Journal Illustré**, Paris, n. 73, 16 abr. 1892

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 6. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MONTEIRO, Fabricio Pinto. O anarquista terrorista na imprensa escrita no século XIX. **Revista Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 202-222, ago./dez. 2009.

MORAES, Wallace dos Santos de. **A respeito do aniversário da ditadura civil-militar no Brasil – uma crítica anarquista**. Disponível em: <<http://www.otal.ifcs.ufrj.br/a-respeito-do-aniversario-da-ditadura-civil-militar-no-brasil-uma-critica-anarquista/>>.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHITTINO, Renata Torres. **Terrorismo**: a violência política como espetáculo. 2004. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.

SEIXAS, Eunice Castro. Terrorismos: uma exploração conceitual. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, p. 9-26, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/250987829_Terrorismos_uma_exploracao_conceitual>.